

EDITORIAL

Tratar de temas complexos, como os ambientais, exige uma abordagem interdisciplinar, como a que foi adotada na realização da Conferência Internacional da rede WATERLAT “Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água”, ocorrida entre 25 a 27 de outubro de 2010, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Esse evento foi resultado de uma parceria entre a Universidade de São Paulo, por meio do Instituto de Estudos Avançados – IEA, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), a University of Newcastle, a Fundação Memorial da América Latina – FMLA e a Universidade Estadual da Paraíba.

O objetivo principal da rede WATERLAT (www.waterlat.org) é por em contato pesquisadores e ativistas no âmbito dos recursos hídricos para desenhar e aplicar sistemas de gestão mais justos e sustentáveis. A rede realizou seu primeiro encontro em Barcelona, em promoção conjunta entre a Universidad Autonoma de Barcelona e a University of NewCastle em outubro de 2009. A rede organiza eventos regulares e abertos ao público.

Os artigos aqui reunidos espelha parte das discussões travadas em São Paulo¹. Seus autores representam uma diversidade de países da América do Sul, como Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela. Os trabalhos abordam uma ampla gama de interesses, problemas e enfoques, todos preocupados com o tema geral do evento: como conciliar justiça ambiental e justiça social na América Latina?

Encontram-se nessa porção do mundo vários governos progressistas, cuja orientação política caminha da centro-esquerda à esquerda, na maior parte dos países. Entretanto, ao acompanhar-se as ações das lideranças eleitas, observa-se a reiteração de

práticas de governos anteriores. Não houve, como podia se esperar, mudanças expressivas na condução das decisões, em especial no que diz respeito ao paradigma socioambiental. Se existe uma parcela do globo onde ele pode ser aplicado ela está na América do Sul, pois concentra reservas hídricas importantes, como o aquífero Guarani e as bacias Amazônica e do Prata, além de uma exuberante biodiversidade. Ou seja, era de se esperar que esses atributos geográficos pudessem ser aproveitados como uma vantagem comparativa que levasse à formulação de novas formas de organização social e de reprodução das formas de vida. Ao contrário disso, as reservas hídricas sustentam o agronegócio, que tem como meta fornecer alimento barato a países centrais, até o momento sem ponderar os custos que a exploração intensa do solo e das reservas hídricas acarretam. Também ainda não se assistem ações de prevenção à vulnerabilidade em que se encontra parte expressiva da população, situação que pode agravar-se a confirmarem-se as previsões de mudanças climáticas.

O resultado da manutenção de políticas do passado exige a manutenção do pensamento crítico. É preciso insistir que as necessárias mudanças sociais na América Latina dependem sobretudo do modelo de inclusão social a ser aplicado. Um padrão de inclusão baseado no consumo de bens não é sustentável no longo prazo, embora possa parecer sedutor e garantir a reprodução de votações em governantes de matriz reconhecidamente popular. Falta, ainda, vontade e determinação para ousar novas formas de produção e de inclusão social que permita a manutenção do acervo biológico, e seu conhecimento associado, e, também, dos recursos hídricos.

Essa série de textos enquadra-se na perspectiva crítica e procuram apontar alternativas ao quadro atual. Os treze trabalhos tratam de diversos aspectos de interesse amplo, que

transcendem a dimensão puramente preservacionista.

Cada vez mais os aspectos ambientais ganham destaque, mas nunca é demais lembrar que há cerca de 20 anos emergiu o paradigma socioambiental, no qual o social determina o ambiental. Em outras palavras, o socioambientalismo pauta como cerne alterar as condições de vida da população carente. Porém, de outro modo, segundo um padrão no qual ela possa reconhecer-se como sujeito e determinante de suas demandas e ações. Ele está longe da inclusão consumista que financia bens de consumo a longo prazo, que ao final gera endividamento e novos problemas sociais.

O cardápio de teorias socioambientais é bastante diverso, como foi recentemente apresentado, por exemplo, na revista *Estudos Avançados* n. 68 de 2010, que dedicou um volume a elas². Não há hegemonia nesse campo do saber, menos por estar em construção, mais pelo fato de que as alternativas devem, necessariamente, ser múltiplas.

Os textos a seguir orientam-se em parte dessa literatura crítica. Eles abordam temas contemporâneos que exigem pronta resposta de movimentos sociais, intelectuais e governos, porque

os problemas relatados nos artigos afetam diversas pessoas, ainda que garantam os interesses de uma minoria.

O leitor encontrará textos que destacam a vulnerabilidade a que está sujeita parcela expressiva da população na Venezuela à ação da água, que também pode ser destrutiva, como infelizmente verifica-se todos os anos a cada estação chuvosa. Essa preocupação também está presente em análises sobre São Paulo, na qual é exposta uma nova metodologia para avaliar a vulnerabilidade ao escorregamento, e Manaus.

Conflitos socioambientais também são analisados, como os que surgiram pela instalação de fábricas de papel no Uruguai, o que gerou uma questão transnacional. Essa escala foi usada para outras situações, como a Amazônia e o aquífero Guarani.

A dimensão do poder permeia quase todos os artigos, mas ela é muito bem discutida na escala internacional, na escala regional, com o caso do Paraná, no Brasil, e do rio Palo, na Colômbia. Em todos esses textos, que envolvem também a governança da água, está presente a dimensão territorial que os estudos sobre a geografia política da água engendram.

Boa leitura!

Wagner Costa Ribeiro – USP – Brasil

David Sauri – UAB – Espanha

¹Na ligação a seguir pode-se conhecer os cerca de 120 trabalhos apresentados no evento, que contou com cerca de 200 participantes e foi apoiado pelo CNPq e pela CAPES. <http://www.iea.usp.br/iea/textos/waterlat/index.html>

²Para acessar entre em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420100001&lng=pt&nrm=iso